

História da loucura na obra “o alienista” de machado de assis: discurso, identidades e exclusão no século XIX

Insanity history in the work “O alienista” from Machado de Assis: speech, identities and exclusion in XIX century

Márcio José Silva Lima

Resumo:

Este trabalho tem por finalidade analisar a loucura a partir dos discursos da construção de identidade do louco. Para tanto, relacionamos a pesquisa historiográfica com a obra “O Alienista” que traz uma abordagem contundente sobre a forma como a sociedade e a ciência do século XIX, tratava o problema da loucura no Brasil. Neste período, a loucura esteve permeada por uma relação de poder que ao produzir discursos acabava por recorrer à exclusão como solução do problema. A partir daí foram construídos os primeiros hospícios que tinham como função excluir um “transtorno” que se fazia cada vez mais presente. Não apenas o indivíduo cientificamente diagnosticado como doente mental, mas também, o morador de rua, o órfão, o “diferente”, o alcoólatra... Todos deveriam ser escamoteados e afastados do convívio social.

Palavras chaves: Loucura. Discurso. Identidades.

Abstract:

This study aims to analyze the madness from the speeches of the construction of identity of the madman. For this, we relate the historical research with the book "O Alienista" that brings a forceful approach on how society and science of the nineteenth century was the problem of madness in Brazil. During this period, the madness was permeated by a balance of power to produce speech ended up resorting to exclusion as a solution to the problem. From there the first hospices were built which had the function to delete a "disorder" that was increasingly present. Not only the individual scientifically diagnosed as mentally ill, but also the homeless, the fatherless, the "different", the alcoholic ... Everyone should be palmed and away from social life.

Keys words: Madness. Discourse. Identities.

Introdução:

No século XIX, o Brasil passava por transformações no campo da esfera política, econômica, social e cultural. Entre 1841 e 1889 tivemos a consolidação do Estado Monárquico conhecido como Segundo Reinado. Seus objetivos principais eram reforçar a figura do Imperador – D. Pedro II, recém coroado – e restaurar o Poder Moderador criado outrora pelo seu pai D. Pedro I. Dessa forma, o Império brasileiro almejava a implementação de novas práticas políticas e institucionais, uma vez que a população aumentava nas cidades de forma desordenada.

Com o crescimento das cidades aumentava também os seus problemas de ordem social. Era preciso, portanto, uma série de transformações por parte das autoridades a fim de sanar tais problemas. É neste contexto que a medicina, inspirada no ideal positivista e pelas

práticas médicas francesas, vai servir como meio neste processo de transformação, defendendo a moral e o progresso dessa sociedade. Em meio a tantas transformações, uma delas acabou sendo a produção de um discurso que iria qualificar e excluir aqueles que estivessem fora do padrão social da época, identificando-os como loucos. “O doente mental, o excluído do convívio dos iguais, dos ditos normais, foi então afastado dos donos da razão, dos produtivos e dos que não ameaçavam a sociedade”. (GONÇALVES E SENA, 2001, p. 49).

A loucura como doença psicossomática não é uma adversidade contraída pelo homem apenas na modernidade. Desde muito tempo relata-se a presença da doença mental. Entretanto, o seu tratamento ao longo da história foi deveras questionável. Sua cura muitas vezes este ligada à extrema exclusão ou até mesmo a rituais religiosos e cerimônias de exorcismo. A loucura enfocada pela ciência, tendo a psiquiatria como uma especialidade médica, só ocorreu a partir do século XVIII, quando em 1793, o médico francês *Philipp Pinel*, libertou os doentes mentais que estavam acorrentados no *Hospital Bicêtre*. Desde então, a abordagem de cunho científico, passou a fazer parte do tratamento da doença mental. (PERES; BARREIRA, 2009)

Porém, esta nova abordagem materializou também o olhar da indiferença. Aquele que não seguia o padrão comportamental que a sociedade determinava como uma pessoa sã, passou a ser “diferente” e caracterizado como louco. A loucura foi transformada em uma identidade para representar não apenas o louco de origem psicossomática, mas todos aqueles que estivessem para além do padrão social estabelecido. O louco, a partir dos discursos de *poder-saber* estipulado pela religião, política e ciência, foi excluído do convívio social e afastado daqueles que eram ditos normais, racionais, os que não ameaçavam a ordem da sociedade.

Diante do quadro acima citado, buscamos nesta pesquisa aproximar os fatos relatados pela historiografia com a narrativa da Literatura. Encontramos na obra “*O Alienista*” de Machado de Assis, um retrato do Brasil no século XIX, no que concerne ao comportamento social em relação à loucura. A nosso ver, História e Literatura não se opõem, mas podem se relacionar. Nelas o fato histórico se amplia com a narração e o trabalho científico se valoriza com o estilo literário sem que se comprometa à totalidade dos fatos.

O uso da Literatura como fonte de pesquisa pode ser de fundamental importância para o historiador em sua labuta. Não queremos dizer com isso que a literatura documenta o real ou constitui representações semelhantes àquelas produzidas pelos discursos científicos, filosóficos, políticos, jurídicos. Mas o que deve ser considerado na literatura é que toda sua ficção de algum modo está sempre enraizada na sociedade. Pois o contexto em que ela é escrita abarca determinadas condições de tempo, espaço, cultura e relações sociais em que seu autor está inserido a criar suas fantasias. (FERREIRA, 2009)

Desse modo, a Literatura constitui uma fundamental ferramenta na pesquisa histórica. Sua utilização permite ao pesquisador refletir as condições sociais, bem como todo o contexto em que a obra fora escrita. Segundo Ferreira:

Afora tal propósito específico, perseguido também pela Sociologia, devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais: *literatura maior ou literatura menor*, escritos clássicos ou não, eruditos ou populares, bem-sucedidos no mercado ou ignorados, incensados ou amaldiçoados. (FERREIRA, 2009, p. 71)

Assim, mesmo que a Literatura não tenha a pretensão de representar fielmente o passado – tal como almeja a História – ela nos fornece informações de grande utilidade acerca da época em que ela foi abordada. Como diz Roger Chartier: “a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a História pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é”. (CHARTIER, 2009, p.24).

Portanto, neste trabalho procuramos buscar uma aproximação da Literatura – no caso a obra machadiana *O alienista* – com a pesquisa historiográfica, pois concordamos com Ferreira quando declara que:

Afirmar que a literatura integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais que isso, nas últimas décadas, os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo. (FERREIRA, 2009, p.61).

Quanto ao referencial teórico, ainda nos apoiamos em Michel Foucault por este ter produzido um vasto trabalho sobre o tema abordado, principalmente no que diz respeito à análise do discurso. A leitura de Foucault nos possibilitou compreender as *relações de poder*ⁱ que permeavam os discursos das autoridades que administravam o Brasil em meados do século XIX. Época em que as transformações políticas e econômicas, bem como o desenvolvimento científico, fizeram com que a Medicina interviesse na sociedade, sendo a partir daí construído os primeiros discursos em relação ao tratamento da doença mental.

Machado de Assis e a loucura

Em 1882 o escritor brasileiro Machado de Assis publica em *Papéis Avulsos*, o conto “O Alienista”. Nesta obra o autor lança uma crítica desenfreada ao cientificismo, à sociedade da época e às relações de poder, sobretudo naquilo que diz respeito à loucura. A narrativa se passa numa vila brasileira do século XIX, chamada Itaguaí. Conta a história do *Dr. Simão Bacamarte*, um grande estudioso brasileiro, que aos trinta e quatro anos, após concluir seus estudos nas universidades de Coimbra e Pádua, retorna ao Brasil para se dedicar totalmente às atividades científicas. Ao chegar às terras brasileiras, Simão Bacamarte casa-se com D. Evarista da Costa e Mascarenhas e continua seus estudos sobre as ciências médicas.

Percebendo que em Itaguaí os doentes mentais são afastados da sociedade e vivendo no mais completo isolamento em suas residências, Simão Bacamarte tem a ideia de construir uma casa especial onde toda população com problemas de loucura pudesse ser assistida. A partir daí, pediu licença às autoridades para realizar a construção daquilo que seria o primeiro asilo brasileiro.

Apesar de alguns comentários contra, em pouco tempo o asilo havia sido construído. Localizado na Rua Nova, uma das mais belas ruas de Itaguaí, o asilo recebera o nome de *Casa Verde*. Os loucos passaram a ser capturados, e todos os tipos de “maluquices” havia naquela casa. Porém, conversando com seu amigo boticário, Simão Bacamarte fez uma interessante confidência: revelou ao boticário que como homem de total dedicação à ciência,

sua finalidade na construção da Casa Verde não era prestar assistência à população psicossomática, mas tão somente, estudar profundamente a loucura.

Simão Bacamarte dá continuidade aos estudos e a administração da casa verde, entretanto, com o passar do tempo, qualquer atitude suspeita dos moradores de Itaguaí é motivo para conduzi-los ao asilo. O primeiro da lista foi o *Sr. Costa*, um dos mais estimados cidadãos da vila que após ter recebido uma herança, não tratou de administrá-la corretamente vindo a ficar pobre novamente. Sendo atestada sua insanidade, foi recolhido ao asilo cinco meses depois. Simão Bacamarte levou ao asilo seu amigo boticário, o padre da Vila, entre outras figuras ilustres, e não poupou nem a sua esposa.

Daí em diante, qualquer suspeita era motivo para se levar alguém à Casa Verde. De tantos recolhimentos Itaguaí sofreu uma *Revolução* seguida de um golpe de Estado, pois a população começava a demonstrar insatisfação diante de tais fatos. Contudo, de nada adiantou.

Em seus estudos Simão Bacamarte concluiu que quatro quintos da população itaguaiense estava hospedada naquele asilo e que a sua teoria, bem como suas experiências avançava a um novo estágio. Os hóspedes da Casa Verde deveriam ser libertados e conseqüentemente, o Dr. Bacamarte conseguiu junto à câmara uma nova permissão para recolher o restante da população que antes era considerada em perfeito estado mental: os simples, os leais, os desprendidos e os sinceros. A situação fora invertida.

Após muito tempo de estudos e pesquisas, Simão Bacamarte induzindo os pacientes da casa verde à transgressão, imaginou ter sanado suas doenças, vindo a libertar todos eles. Porém, não ficou satisfeito. Apesar dos resultados alguma coisa incomodava o Dr. Bacamarte que continuou os estudos e chegou à seguinte conclusão: ele era quem estava doente. Acreditava que era uma questão científica e reunia em si mesmo a teoria e a prática, por isso deveria se recluser na Casa Verde e continuar com a busca pela cura de si mesmo. Morreu em sete meses sem ter encontrado a cura que tanto procurava.

Podemos relacionar a obra machadiana, bem como os acontecimentos ocorridos no Brasil, num processo social permeado pelo *discurso psiquiátrico*. Época em que este discurso (Séc. XIX) levava a cabo um novo modo de exclusão e de inserção do louco no hospital psiquiátrico. A loucura como um empecilho deveria ser erradicada da esfera social e escamoteada para além da sua presença.

No século XIX, a loucura transformava-se em um “problema” de ordem social para as autoridades brasileiras. A sociedade médica apontava como solução, a criação de estabelecimentos que pudessem atender de forma adequada os portadores de tal patologia. As autoridades por sua vez tentavam resolver a adversidade trancafiando os doentes em cadeias públicas ou hospitais. As fugas eram constantes, os loucos de baixo poder aquisitivo ficavam na condição de moradores de rua, às margens da sociedade. Já aqueles que pertenciam às famílias mais abastadas, eram prontamente camuflados no seio de seus parentes, mas eram também, descentrado do convívio social.

A criação do primeiro hospital psiquiátrico do Brasil

Na obra machadiana, o *Dr. Simão Bacamarte* é apresentado como um autêntico filho da nobreza brasileira, um dos maiores médicos não só do Brasil, mas também de Portugal e da Espanha. Um homem ilustre que após ter rejeitado o glorioso convite de trabalhar lecionando na Universidade de Coimbra ou expandindo os negócios da monarquia em Lisboa, decide retornar à pátria e dedicar-se ao estudo das ciências. Saindo da ficção e retornando ao nosso

recorte histórico, devemos relacionar a criação do primeiro hospício do Brasil à pessoa de *José Clemente Pereira*.

Tal como o personagem Dr. Simão Bacamarte, Jose Clemente Pereira estudou na Universidade de Coimbra vindo a graduar-se em Direito e Cânones. Veio para o Brasil seguindo a corte portuguesa que na época fugia das invasões napoleônicas, chegando aqui aos 12 de outubro de 1815. Na capital do Rio de Janeiro viveu como advogado até iniciar carreira pública e política. Em 25 de julho de 1838, através de manobras astutas foi eleito provedor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde tornou sua gestão vitalícia, administrando aquela instituição até sua morte em 10 de março de 1854. (RAMOS E GEREMIAS, s/d, p.01).

Antes mesmo de ter conquistado a administração do hospital, Clemente Pereira já havia apresentado um projeto no qual propunha uma reforma significativa àquela Instituição. Reforma esta que também já havia sido preconizada pelos membros da Academia Imperial de Medicina. A partir da reforma deveriam ser criadas unidades especializadas que fossem responsáveis pelo tratamento específico de cada doença.

Todavia, perante o aumento desordenado da população e de seu rápido crescimento urbano, a cidade do Rio de Janeiro, que havia sido transformada em Capital, não conseguia mais dar conta da saúde daquela crescente população, principalmente ao que concerne aos doentes mentais. O número de “alienados”ⁱⁱ aumentava diariamente sendo recolhidos às degradáveis Santas Casas ou até mesmo às prisões. Dessa forma, a situação em que se encontravam os doentes mentais no Brasil do século XIX, era a seguinte: aqueles de famílias mais abastadas ficavam trancafiados em seus próprios domicílios, os mais carentes, que por sua vez estavam no estado mais alterado da doença, eram enviados às prisões ou às Santas Casas, e os mais mansos espalhavam-se pelas ruas das cidades. Machado de Assis narra isto no seu romance:

A vereança de Itaguaí, entre outros pecados de que é argüida pelos cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes. Assim é que cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa, e, não curado, mas descurado, até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida; os mansos andavam á solta pela rua. Simão Bacamarte entendeu desde logo reformar tão ruim costume; pediu licença à câmara para agasalhar e tratar no edifício que ia construir todos os loucos de Itaguaí e das demais vilas e cidades, mediante um estipêndio, que a câmara lhe daria quando a família do enfermo o não pudesse fazer. (ASSIS, 2010, p. 15)

Diante da situação de descaso para com o doente mental em nosso país, em 1830, a Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi a primeira Instituição a se manifestar a respeito do tratamento dado aos alienados brasileiros. Os protestos da referida Comissão receberam o respaldo da população, e permaneceram ininterruptamente nos anos subsequentes sendo legitimados por autoridades médicas e políticas. Entretanto, ao analisarmos os livros, revistas e artigosⁱⁱⁱ referentes a este período, o questionamento que se plasma é se a sociedade em todo seu conjunto estava sensibilizada com a situação dos alienados ou se estava apenas procurando uma forma de escamotear um determinado grupo que não se adequava aos padrões sociais? Seria uma questão de solidariedade ou uma questão de “limpeza” social? Foucault vai mais além afirmando que:

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. [...] Desde a alta Idade

Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão o corpo [...] (FOUCAULT, 2007, p. 10-11)

Esta discussão é deveras pertinente, pois como já fora dito antes, os hospícios que vieram a seguir não eram dedicados apenas aos alienados, mas também, aos epiléticos, alcoólatras, idosos, paralíticos, e até moradores de rua. Caso também retratado por Machado de Assis:

Nunca nenhuma opinião pegou e grassou tão rapidamente. Cárcere privado: eis o que se repetia de norte a sul e de leste a oeste de Itaguaí – a medo, é verdade, porque durante a semana que se seguiu a captura do pobre Mateus, vinte e tantas pessoas – duas ou três de consideração – foram recolhidas à casa verde. O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava crédito. (ASSIS, 2010, p. 39-40)

Podemos analisar este fenômeno inserido num discurso próprio daquilo que Foucault chama de sociedade disciplinadora, pois, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma entidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. (FOUCAULT, 1996, p. 36)

A trajetória dos alienados no Brasil – séc. XIX esteve inserida numa relação de poder. Poder este que disciplina de acordo com os parâmetros “legais” do Direito constituído, mas não só isso, posto que este poder disciplinador não diz respeito APENAS àquele que advém de cima para baixo, conforme cita Thomas Hobbes em seu Leviatã. Este poder é um poder que age nas relações sociais. Desta forma:

O poder não deve ser pensado como fundamentalmente emanado de um ponto (em geral identificado com o Estado). Deve-se ter, pois, em mente na procura de uma compreensão da dinâmica das relações de poder, a ideia de uma rede. Rede esta que permeia todo o campo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, vila operaria, etc.) que se apóiam uns nos outros. (MAIA, 1995, p. 88.)

Ainda no que diz respeito a este contexto em que a dinâmica das relações de poder encontra-se vinculada em todos os segmentos sociais, dois anos após José Clemente ter assumido o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, D. Pedro II era declarado rei do Brasil onde sua maioria havia sido decretada. Como parte das comemorações e em homenagem ao novo rei, fora determinado pelo conselho do Império, apoiado pelo ministro do Estado e pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, o decreto imperial nº 82 que afirmava a criação do primeiro hospital psiquiátrico brasileiro e latino americano. O hospício recebeu várias nomenclaturas: *Hospício de D. Pedro II*, *Hospício D. Pedro II*, *Hospício D. Pedro Segundo* e *Hospício de alienados D. Pedro II*. A verdade é que apenas 11 anos depois, aos 05 de dezembro de 1852, é que o hospício foi inaugurado com honras e festas pomposas. (RAMOS E GEREMIAS, s/d, p. 07).

É preciso considerar aqui que a criação do Hospício D. Pedro II estar longe de ter sido uma simples homenagem ao novo Imperador, nem tampouco teve a finalidade de ajudar aqueles pobres miseráveis alienados. Várias eram suas razões, principalmente a disputa de poder médico-político entre a junta de Higiene Pública e a Santa Casa de Misericórdia. A disputa se dava pelo fato da Junta denunciar alguns proprietários de moradias por falta de cuidado com suas casas, sendo, portanto, consideradas focos de doenças e pragas. O problema é que estes proprietários eram benfeitores da Casa de Misericórdia. Neste caso, foram prevalecidos aqueles de poder político e econômico dominante, a saber, os proprietários e a Santa Casa. (RAMOS E GEREMIAS, s/d, p. 04).

Dessa forma, a intenção de manipular era maior que a intenção de prestar assistência àqueles que necessitavam. Por um lado os médicos, que representando a Junta de Higiene Pública, visavam legitimar a loucura como objeto do discurso científico, por outro, a Santa Casa de Misericórdia, que respaldada pelos proprietários de moradias, almejava continuar a gestão de acordo com suas metas e satisfações. Sobre tal relação entre ciência (medicina) e política Foucault expõe o seguinte:

Consideremos o exemplo da medicina clínica, cuja instauração no final do século XVIII é contemporânea de um certo número de acontecimentos políticos, de fenômenos econômicos e de mudanças institucionais. É fácil suspeitar, pelo menos intuitivamente, que existam laços entre estes fatos e a organização de uma medicina hospitalar. (FOUCAULT, 2007, p. 183)

Segundo o próprio Foucault, este fenômeno pode ser analisado de duas formas distintas. Uma primeira análise seria do tipo simbólica onde se percebia na organização da medicina clínica, assim como no processo histórico em questão, duas expressões que agindo de formas simultâneas, refletem e simbolizam uma a outra. Elas funcionariam reciprocamente como se fossem espelhos, Medicina e Política funcionando em um jogo de mutualidade numa esfera de interesses.

Assim as idéias médicas de solidariedade orgânica, de coesão funcional, de comunicação tissular – e o abandono do princípio classificatório das doenças em proveito de uma análise das interações corporais – corresponderiam (para refleti-las, mas também para nelas se mirar) a uma prática política que descobre, sobre estratificações ainda feudais, relações de tipo funcional, solidariedades econômicas, uma sociedade cuja dependência e reciprocidade deviam assegurar, na forma da coletividade, o *analogon* da vida. (FOUCAULT, 2007, p. 183)

A outra análise seria casual. Teria por finalidade procurar saber até que ponto a conjuntura política da época, bem como o seu contexto econômico determinou o nível de consciência daqueles que exerciam a atividade científica. Seria então, uma análise que procurasse compreender o posicionamento, o sistema de valores, a percepção das coisas e o estilo de racionalidade daqueles homens “dotados” de ciência dos séculos XVIII e XIX.

De uma forma ou de outra, aplicando tais análises ao tratamento aplicado aos loucos no Brasil do século XIX, percebemos que ambas as Instituições, Medicina e Política, estavam mais interessados na ação em benefícios próprios do que em atender as necessidades daqueles que mais precisavam: os doentes mentais. Por outro lado, tudo o que a sociedade queria era se manter livre daquela escória nem que para isso fosse preciso trancafiá-los como se presos fossem. Segundo Freitas, “as pretensões de poder do alienista sobre o alienado correspondiam

às pretensões da sociedade (moderna) de ser senhora de si mesma, decidir o seu destino, buscar nela própria os seus fundamentos, ser soberana sobre o bem e o mal”. (FREITAS, 2004, p.90). Portanto, o interesse político e o discurso da Medicina, de certa forma, acabaram por receber o respaldo da sociedade.

Sobre o tratamento aplicado à loucura e a construção da Identidade

Sendo a doença mental uma psicopatologia possível ao ser humano, não nos causa estranheza saber que em outros lugares fora da Capital Imperial, o impasse dos loucos também se fazia presente. Em várias localidades ocorreram movimentos em prol de uma segregação institucionalizada. Os loucos formavam um grupo que aos olhos da sociedade, não deveriam manter qualquer relações, estavam, portanto, fora da esfera social. Segundo Oda e Dalgalarrondo (2005, p. 1005):

Há ainda, nos documentos, clara indicação da existência de uma pressão social no sentido da internação dos alienados, de sua retirada das ruas, ação operacionada através das autoridades policiais, nas capitais e no interior das províncias. [...] Desta maneira, nossa análise dos documentos indica que, no Brasil, o processo de institucionalização dos alienados foi marcado pela construção de uma opinião pública consensual quanto à necessidade e, sobretudo, quanto à legitimidade de sua reclusão em hospícios próprios.

Durante o Segundo Reinado não foi apenas o Hospício de alienados D. Pedro II o único responsável pelo tratamento dos doentes mentais. Como a loucura havia se tornado um “problema” de ordem nacional, outras instituições objetivando o tratamento psicossomático foram construídas em algumas províncias brasileiras como, por exemplo: Pernambuco (1864 – Hospício Provisório de Recife-Olinda), Pará (1873 – Hospício Provisório de Alienados), Bahia (1874 – Asilo de Alienados São João de Deus), Rio Grande do Sul (1884 – Hospício de Alienados São Pedro) e Ceará (1886 – Asilo de Alienados São Vicente de Paulo). (ODA E DALGALARRONDO, 2005).

Entretanto, após terem sido inaugurados, longe de oferecer condições de igualdade aos enfermos, estes lugares pareciam mais um antro de proporções infernais. Eram desprovidos de ambientes específicos para enfermos e funcionários, não havia infraestrutura e saneamento, ausência de tratamento humanitário, sem tratamento médico específico, apresentavam problemas de superlotação e, sobretudo, sem condições básicas de higiene. Dessa forma, os hóspedes destes “hospícios” agonizavam em uma dor que parecia não ter fim. Diante desse quadro, as doenças se espalhavam como peste e o aumento no índice de mortalidade era inevitável, vindo a óbito até mesmo os funcionários destes hospícios.

Um fato importante de se levar em consideração é que mesmo sendo uma época cujo conhecimento científico estava em ascensão, o conceito de doença mental parecia ainda não estar completamente definido. Os hospícios que a princípio tinha a função de receber pacientes de natureza psicossomáticas acolhiam também pessoas acarretadas por problemas de diversas naturezas: paralíticos, caducos, epiléticos, alcoólatras, mulheres apaixonadas, etc. De modo que passou a ser construído uma matriz identitária capaz de definir estas pessoas como “loucas” e assim poder escamoteá-las para as margens da sociedade, trancafiando-as e condenando-as à exclusão.

Tanto na obra “O Alienista” quanto no tratamento dado aos loucos no Brasil, a problemática da Identidade se faz presente. O que é ser louco? Quais são os parâmetros

utilizados para se classificar a loucura? O que deve ser seguido para se diagnosticar alguém como louco? De acordo com a ficção machadiana, para que o indivíduo fosse considerado louco bastava apenas uma simples mudança no seu comportamento ou simplesmente, a emissão de alguma fala “indevida”.

No contexto da obra machadiana, bem como ao tratamento aplicado a doentes mentais no século XIX, percebemos uma invenção de identidade construída em torno de um discurso baseado nas relações de poder por parte das autoridades. A classificação da loucura, ou seja, a sua identidade é estipulada levando em consideração não o diagnóstico médico fundamentado pela ciência, mas tão somente, a possibilidade do sujeito, seja ele esquizofrênico, idoso, morador de rua, apaixonado ou ladrão, ser retirado do convívio social.

Assim, a identidade “loucura” se expande para todos os casos que estejam descentrados do “padrão” social. Nas palavras de Stuart Hall, sobre o processo de construção da identidade,

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma identidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000, p. 109.)

Tomaz Tadeu da Silva analisando esta atuação identitária vai mais além e afirma que “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relação de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas”. (SILVA, 2000, p. 81). Exatamente como aconteceu em Itaguaí e no Brasil do século XIX.

Desta forma, fica fácil perceber que a loucura no período estudado – século XIX – foi uma identidade construída por um discurso que visava não só à cura, mas que ia além, procurava através de uma relação de poder conquistar méritos, escamotear problemas sociais e alcançar glórias políticas. Em sua crítica à sociedade e a ciência de sua época, Machado de Assis evidencia este fato:

O barbeiro tornou logo a si, e, agitando o chapéu, convidou os amigos a demolição da casa verde; poucas vozes e frouxas lhe responderam. Foi nesse momento decisivo que o barbeiro sentiu despontar em si a ambição do governo; pareceu-lhe então que, demolindo a Casa Verde, e derrocando a influencia do alienista, chegaria a apoderar-se da Câmara, dominar as demais autoridades e constituir-se senhor de Itaguaí. Desde alguns anos que ele forcejava por ver o seu nome incluído nos pelouros para o sorteio dos vereadores, mas era recusado por não ter uma posição compatível com tão grande cargo. A ocasião era agora ou nunca. (ASSIS, 2010, p. 54).

Portanto, no Brasil do século XIX, em relação ao problema da loucura, o fenômeno não ficou limitado apenas ao campo científico como doença psicossomática, mas foi expandido para outros problemas de ordem social como o crime, a pobreza, a miséria, entre

outros, e se cristalizando através do discurso permeado por relações de poder. Discurso esse que narra e definia vários problemas sociais a partir de uma única identidade: o louco. Nessa construção de identidade Tomaz Tadeu constata que:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2000, p. 96-97).

A identidade se torna um conceito criado a partir de um discurso cuja finalidade é exercer sobre o outro o controle e a exclusão. Segundo Foucault (1996, p. 8-9),

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em *O Alienista* também fica perceptível a construção de identidades em torno de um discurso no qual estão presentes as relações de poder. Afinal, Simão Bacamarte não teria ido além do seu projeto se não fosse a partir de um discurso que identificasse as pessoas “diferentes” como loucas. No Brasil não foi diferente. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os alienados eram remetidos para o Hospício São Pedro, dirigido pela Santa Casa de Misericórdia que também tinha como atividade criar menores abandonados, acolher pessoas pobres, providenciar burocracias funerárias aos menos favorecidos e realizar curativos nos presos. Em 1859, do total de 860 enfermos atendidos, apenas 48 eram doentes mentais. (ODA; DALGALARRONDO, 2005). Isto revela estatisticamente que a principal função da Casa estava longe de ser o tratamento dos alienados. Um problema quanto à identidade ali se fazia presente, pois quem era louco? Os menores abandonados? Os presos? Os pobres?

A situação nos hospícios era tão precária que devido à falta de acomodações dignas para os hóspedes, estes eram enviados às cadeias públicas, o que a nosso ver, não trazia tantos benefícios em relação ao tratamento. Apenas retirava os doentes das ruas e do convívio social. Os doentes eram semelhantes aos mendigos, aos moradores de rua, aos ladrões e criminosos que aos olhos dos administradores públicos, precisavam ser tirados da sociedade.

Quanto ao tratamento dado aos doentes mentais nos Hospícios, este não era dos melhores. Na Província de Pernambuco os alienados eram separados dos demais doentes, ficando em cubículos com pouca higiene e solidão. Ainda em 1883, o Hospício da Tamarineira (Pernambuco), abrigava 244 internos que eram acompanhados por apenas dois médicos e sete guardas. Neste lugar, o único motivo de saída do doente era o óbito. Em 1884, o Hospício apresentou problemas sanitários, ficando seus hóspedes infeccionados pelo mau cheiro advindo do depósito de dejetos fecais e pela água contaminada retirada da cacimba. (ODA; DALGALARRONDO, 2005).

Nestes hospícios os médicos representavam instrumentos de poder responsáveis pela rejeição e discriminação dos loucos. Eram os médicos quem classificavam os loucos como

terríveis, traiçoeiro, mansos, perigosos... Na maioria dos casos esta classificação tinha estreita relação com a condição social do doente. A vida nos hospícios era tão caótica que os moradores das cidades, onde eles se situavam, evitavam passar pelas suas proximidades só para não ver ou ouvir o clamor de seus moradores que presos às grades de ferro, gritavam e gesticulavam clamando em agonia por socorro.

Conclusão:

Observamos aqui que o tratamento aplicado aos alienados no Brasil do século XIX, esteve longe de ser uma atitude humanitária. Poderíamos dizer que aquele foi um período diferente do atual, que nossa mentalidade é distinta e que o homem é fruto do seu tempo. Mas, a verdade é que desde o início do seu tratamento pelas vias científicas, até o final dos anos 1980, a loucura foi tratada a partir de processos de exclusão, através de asilos, manicômios, presídios ou instituições especializadas em serviços desta natureza.

A loucura foi legitimada pela Medicina a partir de um discurso científico respaldado tanto pelas autoridades quanto pela sociedade. Com a Medicina, a loucura passou a ser identificada como patologia moral ou somática, o médico passou a definir o estatuto do louco. Tal como o protagonista de *O Alienista*, era o médico que determinava quem era louco, doente ou incapaz. Diagnóstico este que na maioria das vezes se plasmava em prol de interesses particulares.

A partir do discurso científico foi possível criar um processo identitário para qualificar aqueles que deveriam ser excluídos do convívio social. Para tanto, foram criadas as Instituições destinadas a alienados sendo o Hospício D. Pedro II, a primeira delas. Entretanto longe de oferecer soluções contundentes para os doentes mentais, aqueles que mais necessitavam, os hospícios serviram como ferramenta de exclusão onde os direitos humanos eram abolidos e a dignidade era uma palavra vazia de sentido.

Neste contexto, a obra machadiana torna-se um importante veículo de reflexão sobre o tema. *O Alienista* não é apenas uma crítica ao cientificismo do século XIX, a narrativa é antes de tudo, uma ironia aplicada à sociedade brasileira que na época esperava da Medicina e das ciências a solução para a loucura. Em um problema que se tornava cada vez mais presente no convívio social, tal solução foi a exclusão. E, para excluir era necessário primeiro produzir um discurso capaz de legitimar a ação. Com o discurso produziram-se identidades e com a identificação do pobre, do alcoólatra, do mendigo e do doente mental como louco, obtinha-se carta branca para a exclusão.

ⁱ A partir de sua obra *Vigiar e punir*, Michel Foucault passa a examinar as relações entre poder, saber, ciência, controle e dominação na sociedade contemporânea. Seu estudo, baseado na filosofia de Nietzsche, é denominado “Genealogia do Poder”. Nele Foucault parte da constatação de que o poder é exercido na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades, mas em todas as relações sociais de maneira distinta e variada. Mesmo que por muitas vezes não nos demos conta, vivemos permeados por relações de poder. Ver mais em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ⁱⁱ O termo “alienado” utilizado ao longo do texto concerne aquele que sofre de alienação mental; louco, maluco, doido. Difere, portanto, do termo marxista em que alienado se refere a quem vive sem conhecer ou compreender os fatores sociais, políticos e culturais que o condicionam e não se reconhece naquilo que faz, mantendo-se voluntariamente ou não, afastado da realidade que o cerca. Contudo, no Brasil dos séculos XIX e XX, nem todos aqueles taxados pelas autoridades como alienados eram de fato, doentes mentais.

ⁱⁱⁱ Ver referências ao final do texto.

Referências:

BARREIRA, Ieda de Alencar; PERES, Maria Angélica de Almeida. **Desenvolvimento da assistência Médica e de enfermagem aos Doentes mentais no Brasil: os Discursos Fundadores do hospício**. Rev. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Enfermagem / UFSC, v. 18, n. 4, Out.-Dez. 2009, p. 635-642.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

EDLER, Flávio Coelho; GONÇALVES, Monique de Siqueira. **Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889** < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200013 > Acesso em: 15 dezembro de 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, Fernando Ferreira Pinto de. **A história da psiquiatria não contada por Foucault**. Rev. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. v. 11, n.1, jan.-abr. 2004, p.75-91.

GONÇALVES, Alda Martins; SENA, Roseni Rosângela de. **A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família**. Rev. Latino-am Enfermagem, São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto / USP, v. 9, n. 2 mar. 2001, p. 48-55.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. **Machado de Assis e a psiquiatria: um capítulo das relações entre arte e clínica no Brasil**. Rev. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.641-654.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O alienista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

_____. **Literatura brasileira em quadrinhos: O alienista**. Roteiro e desenhos de Francisco S. Vilachã. São Paulo: Escala educacional, 1996.

MAIA, Antonio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**. São Paulo, v.7, n. 12, p.53-66, out. 1995.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. **História das primeiras instituições para alienados no Brasil**. Rev. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. v.12, n.3, set.-dez. 2005, p. 983-1010.

RAMOS, Fernando A. da Cunha; GEREMIAS, Luiz. **O Hospício de Pedro II: o Palácio dos Loucos** < http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf > Acesso em: 05 dezembro de 2010.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. **História e literatura: uma relação possível**< <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloiodossantos.pdf>> Acesso em: 05 dezembro de 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

VECHI, Luís Gustavo. **Iatrogenia e exclusão social: a loucura como objeto do discurso científico no Brasil** < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300011 > Acesso em: 15 dezembro de 2010.

Sites especializados:

www.saude.gov.br/ (Ministério da saúde)

<http://bvsmms.saude.gov.br/metaiah/search.php> (Biblioteca virtual do ministério da saúde)

<http://saudemental.ibict.br/> (Biblioteca virtual em saúde mental)

<http://www.scielo.br> (Pesquisa)

<http://pt.wikipedia.org>